

Moraes defende que PGR investigue fala de Eduardo Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, fez, nesta segunda-feira (22/10), uma dura fala contra a declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre o [fechamento do STF](#) e pediu a investigação, por parte da Procuradoria-Geral da República, da frase do parlamentar, filho do candidato líder nas pesquisas ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, por crime contra a segurança nacional.

"É inacreditável que no Brasil, no século XXI, com 30 anos da Constituição, ainda tenhamos que ouvir tanta asneira vinda da boca de quem representa o povo. Uma das frases mais importantes diz que é que o preço das instituições funcionando. O preço da democracia é a eterna vigilância, de Thomas Jefferson. Se mostra totalmente atual no Brasil", disse o ministro em evento sobre os 30 anos da Constituição Federal, no Ministério Público de São Paulo.

Sem citar o caso especificamente ou mesmo o nome do parlamentar, Alexandre de Moraes defendeu que "nada justifica a defesa de fechamento de instituições republicanas com legitimidade constitucional". Ele emendou que, num evento sobre a Constituição Federal, todos deveriam estar alinhados no sentido da crença e defesa do Estado de direito, da democracia, da força das instituições.

"Tais afirmações merecem, por parte da Procuradoria-Geral da República, imediata abertura de investigação porque, em tese, há de se analisar o contexto geral, isso é crime tipificado na Lei de Segurança Nacional, pelo art. 23, inciso III: incitar a animosidade entre Forças Armadas e instituições civis. É crime previsto pela lei", enfatizou o ministro.

Ele criticou, ainda, o recuo do parlamentar diante de [repercussão negativa](#) da fala. "Não é possível que simplesmente se afirme isso e depois se diga que estava brincando. Não se brinca com a democracia, não se brinca com o Estado de direito, não se brinca com a estabilidade republicana. O Brasil já brincou muito com isso e nunca deu certo essa brincadeira. Eleições, democracia, República são coisas sérias. E essa seriedade vem sendo garantida exatamente pela Constituição de 1988", concluiu o ministro.

O decano do Supremo, ministro Celso de Mello, [classificou](#) a fala como "inaceitável visão autoritária" e disse que o fato de o deputado ter votação expressiva não legitima suas "investidas contra a ordem político-jurídica fundada no texto constitucional".

"Essa declaração, além de inconsequente e golpista, mostra bem o tipo (irresponsável) de parlamentar cuja atuação no Congresso Nacional, mantida essa inaceitável visão autoritária, só comprometerá a integridade da ordem democrática e o respeito indeclinável que se deve ter pela supremacia da Constituição da República", disse o ministro.

"Vai ter que pagar pra ver"

Eduardo Bolsonaro disse que "para fechar o STF, basta um cabo e um soldado". A declaração foi dada em palestra em que participou antes do 1º turno, em resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de o Supremo impugnar a candidatura do pai — incumbência exclusiva do Tribunal Superior Eleitoral.

"Eu não acho isso improvável não, mas aí vai ter que pagar pra ver. Será que eles vão ter essa força mesmo? Pessoal até brinca lá, cara, se quiser fechar o STF sabe o que você faz? Você não manda nem um jipe, cara, manda um soldado e um cabo. Não é querendo desmerecer o soldado e o cabo não. O que que é o STF, cara? Tipo, tira o poder da caneta de um ministro do STF, que que ele é na rua?", disse Eduardo.

Ele ainda ironizou sobre uma hipotética prisão de Gilmar Mendes, afirmando que não haveria clamor popular que pedisse a soltura do ministro. "Se você prender um ministro do STF, você acha que vai ter uma manifestação popular a favor dos ministros do STF? [batendo palmas] Milhões na rua? "Solta o Gilmar! Solta o Gilmar!" Com todo o respeito que eu tenho ao excelentíssimo ministro Gilmar Mendes. Deve gozar de imensa credibilidade entre os senhores. Mas entendeu?".

Mais tarde, no domingo, Eduardo Bolsonaro se defendeu, por meio de nota, dizendo que havia feito uma brincadeira diante de uma hipótese improvável. "Eu respondi a uma hipótese esdrúxula, onde Jair Bolsonaro teria sua candidatura impugnada pelo STF sem qualquer fundamento. De fato, se algo desse tipo ocorresse, o que eu acho que jamais aconteceria, demonstraria uma situação fora da normalidade democrática. Na sequência citei uma brincadeira que ouvi de alguém na rua", disse Eduardo, que foi reeleito em 7 de outubro para mais quatro anos no cargo como o deputado mais bem votado do país.

**Texto editado às 17h06 para correção*

Date Created

22/10/2018